

Aos trabalhadores da SPA

Ministério reafirma posição do Sindicato:

O AE está em vigor, bem como todos os direitos nele consagrados!



(Mais informação no verso)



Junho 2014

DEMITIR O GOVERNO! ELEIÇÕES ANTECIPADAS!

GOVERNO RUA!



CONCENTRAÇÃO:

LISBOA

21 Jun

Campo das Cebolas

O CESP/FEPACES emitiu Pré-aviso de Greve para possibilitar a participação de todos os Trabalhadores. Vê em www.cesp.pt

BASTA DE EXPLORAÇÃO!

- Mais de 1,5 milhões de desempregados; 500 mil sem qualquer apoio social;
- As insolvências e despedimentos colectivos não param;
- Más condições de trabalho e aumento da precariedade;
- Aumento dos horários, dos ritmos e cargas de trabalho;
- Mais trabalho com menos salários (trabalho “à borla”) (eliminação de dias de férias, descanso e feriados;

- Destuição da contratação colectiva, com eliminação de direitos laborais e sociais.

LUTAR PARA:

- Aumentar os salários;
- Criar emprego estável e com direitos;
- Derrotar as propostas anti-laborais do Governo;
- Acabar com a exploração e a discriminação;
- Defender a contratação colectiva, efectivar o direito de negociação;

O Acórdão do Tribunal Constitucional

anunciado na passada sexta feira, mostra que o actual governo não quer governar cumprindo a lei das leis, - a Constituição da República - porque, pelo terceiro ano consecutivo, a lei do Orçamento de Estado é declarada inconstitucional, em matérias relacionadas com os direitos, salários dos trabalhadores e pensões de reforma.



A decisão do Tribunal Constitucional, com força obrigatória geral, apesar de só ser aplicada a partir da passada sexta feira, vai obrigar o governo a repor os valores dos cortes dos salários e pensões e reformas a centenas de milhar de trabalhadores da administração pública central, regional e local, e a

pensionistas e reformados espalhados por todo o país. Passando a ter mais dinheiro disponível, vão viver melhor, consumir mais no comércio e serviços, com isso vão manter e promover o emprego e fazer crescer a economia.

Por isso é muito positiva a declaração de inconstitucionalidade para todos e para Portugal!

O governo PSD/CDS, apostado em aumentar as desigualdades e empobrecer os portugueses está furioso, quer vingar-se, insiste em cortar mais nos trabalhadores, aumentar os impostos (taxa social única sobre os trabalhadores e IVA), daí a necessidade de por na Rua tão rápido quanto possível, tanto mais como acabaram de mostrar os resultados eleitorais, não tem legitimidade política para continuar.

A farsa está em marcha para enganar os trabalhadores :

O aumento do Salário Mínimo é a “banana”. O “pau” é está escondido e consiste em acordar com patrões e UGT, na caducidade dos Contratos Colectivos de Trabalho e direitos fundamentais que asseguram.

O governo promove a farsa das reuniões sobre o aumento do salário mínimo, por pressão da CGTP-IN, mas não apresenta propostas de aumento como lhe compete, antes procura amarrar o aumento presente e futuro a condicionantes dependentes das empresas, tentando submeter a actualização à produtividade e competitividade que os trabalhadores não controlam.

No recato dos gabinetes, vão construindo uma alteração ao Código do Trabalho, com os patrões e UGT, para apressar a caducidade dos Contratos Colectivos de Trabalho, que asseguram os direitos fundamentais a todos os trabalhadores.

Que direitos? Condições de admissão nas empresas, categorias e carreiras profissionais, salários nas grelhas em função da categoria, garantias e deveres, férias feriadados e faltas, organização e duração de horários, segurança, higiene e saúde, trabalho suplementar e dia feriado, subsídios e salários, etc; etc.

A Lei dos despedimentos colectivos, tendo como prioridade na escolha as avaliações profissionais

Entrou em vigor em 1 de Junho de 2014

Não podemos permitir mais este ataque aos direitos de quem trabalha, apenas para aumentar ainda mais o poder patronal e reduzir a cinzas os direitos dos trabalhadores.

Vamos para a rua no dia 21 Junho em Lisboa!

CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal

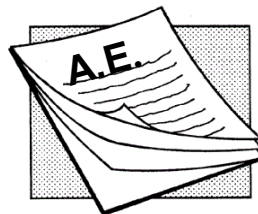
Rua Almirante Barroso nº3, 1049-023 Lisboa E-mail: cespnacional@cesp.pt www.cesp.pt

Contactos: Aveiro: Tel: 23 437 73 20 cespaveiro@cesp.pt - Beja: Tel: 28 432 26 78 cespbeja@cesp.pt - Braga: Tel: 25 321 78 68 cespbraga@cesp.pt - Bragança: Tel: 27 333 34 54 - C. Branco: Tel: 27 234 34 34 cespbranco@cesp.pt - Coimbra: Tel: 23 982 60 96 cespcoimbra@cesp.pt - Elvas: Tel: 26 862 27 51 cespelvas@cesp.pt - Évora: Tel: 26 673 79 00 cespevora@cesp.pt - Faro: Tel: 28 982 36 21 cespfaroo@cesp.pt - Guarda: Tel: 27 121 28 53 cespguarda@cesp.pt - Leiria: Tel: 24 482 35 42 cespleiria@cesp.pt - Lisboa: Tel: 21 358 33 30 cespnacional@cesp.pt - Porto: Tel: 22 200 04 09 cespporto@cesp.pt - Santarém: Tel: 24 332 23 27 cespantarém@cesp.pt - Setúbal: Tel: 26 552 20 47 cespsetubal@cesp.pt - V. Castelo: Tel: 25 882 24 68 cespvcastelo@cesp.pt - V. Real: Tel: 25 932 34 17 - Viseu: Tel: 23 242 34 09 cespvisu@cesp.pt

Aos trabalhadores da SPA

Ministério reafirma posição do Sindicato:

O AE está em vigor, bem como todos os direitos nele consagrados!



Como afirmámos, o AE não está caducado e todos os direitos nele consagrados estão em vigor.

Quando o Ministério fez sair a sua primeira decisão sobre a caducidade, a SPA não aceitou e recorreu da decisão.

O problema foi que entretanto resolveu, ilegalmente, retirar os direitos aos trabalhadores da SPA baseado apenas na sua opinião sobre a caducidade!

O Ministério responde mais uma vez, reafirmando os argumentos já apresentados: *o AE está em vigor bem como todos os direitos nele consagrados.*

Importa agora efectivar esses direitos.

Os trabalhadores que tenham sido prejudicados em qualquer das matérias vertidas no AE e aos quais tenham sido retirados direitos devem exigir a sua imediata correcção.

O CESP está disponível para avançar com as formas de luta necessárias para fazer cumprir os direitos dos trabalhadores.

Sindicaliza-te!

Dá mais força ao Sindicato!